

SEMINARIO INTERNACIONAL

Renovación y Reestructuración de Destinos Turísticos Consolidados del Litoral



BLOQUE TEMÁTICO 2

Incidencia de las políticas, programas
y estrategias de la Administración
pública en la renovación de los
destinos turísticos.

UNIVERSIDAD DE ALICANTE



Institut Universitari d'Investigacions Turístiques
Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas

Plan Nacional
de I+D+i
2008 - 2011

24-25
Noviembre
2011

COMUNICACIONES

BLOQUE TEMÁTICO 2

Incidencia de las políticas, programas y estrategias de la Administración pública en la renovación de los destinos turísticos.

EL PAPEL DEL TURISMO NÁUTICO EN APULIA (ITALIA) COMO ELEMENTO DE RENOVACIÓN

Lucrezia López

Departamento de Geografía, Universidad de Santiago de Compostela

TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS, ORDENAMIENTO TERRITORIAL E TURÍSTICO EM ESCALA MUNICIPAL: UM NOVO OLHAR PARA GUARATUBA NO LITORAL DO PARANÁ.

Renata Maria Ribeiro, Margarete Araujo Teles y Marcos Aurelio Tarlombani Da Silveira
Universidad Federal de Paraná, Brasil

LA POLÍTICA TURÍSTICA EN CANCÚN COMO DESTINO TURÍSTICO MADURO, ¿RENOVAR O REPLICAR?.

Ana Pricila Sosa Ferreira y Alfonso de Jesús Jiménez Martínez

Departamento de Turismo Sustentable Hotelería y Gastronomía
de la Universidad del Caribe, México

ETAPAS DEL CICLO DE VIDA DEL DESTINO TURÍSTICO COZUMEL (MÉXICO)

Romano Gino Segrado Pavón, Karina Amador Soriano, Juana Jiménez Jiménez y Lucinda Arroyo Arcos.

División de Desarrollo Sustentable de la Universidad de Quintana Roo, Cozumel

LA MANGA CONSORCIO. INSTRUMENTO DE GOBERNANZA EN UN ESPACIO TURÍSTICO SINGULAR DEL SURESTE DE ESPAÑA.

Cayetano Espejo Marín y Ramón García Marín

Universidad de Murcia

LA REESTRUCTURACIÓN DE LOS DESTINOS CONSOLIDADOS DEL LITORAL CASTELLONENSE: EL CASO DE BENICÀSSIM (CASTELLÓN, COMUNITAT VALENCIANA).

Diego López Olivares y Juan Bautista Ferreres Bonfill

Universitat Jaume I de Castellón

LA DIVERSIFICACIÓN TURÍSTICA COMO ESTRATEGIA CLAVE PARA LA REACTIVACIÓN DE DESTINOS CONSOLIDADOS DEL LITORAL: LA REINVENCIÓN DE CULLERA (ESPAÑA).

Daniel Díez Santo

Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas, Universidad de Alicante

Enrique Gandia Álvarez

Museo de Historia y Arqueología de Cullera

LOS AGENTES SOCIALES Y LA POLÍTICA URBANÍSTICO-TURÍSTICA: PERCEPCIÓN Y PERFORMATIVIDAD. EL CASO DE LAS DIRECTRICES DE ORDENACIÓN DEL TERRITORIO Y DEL TURISMO DE CANARIAS.

Pablo Rodríguez Gonzáles

IESA - CSIC - Córdoba

Manuel Ángel Santana Turégano

Universidad de La Laguna

REACTIVANDO LA "GROWTH MACHINE" DE SOL Y PLAYA: EL PROCESO DE REESTRUCTURACIÓN DE LA PLAYA DE PALMA (MALLORCA).

Ismael Yrigoy, Antoni Artigues y Macià Blazquez

Universitat de les Illes Balears

BLOQUE TEMÁTICO 2

Incidencia de las políticas, programas y estrategias de la Administración pública en la renovación de los destinos turísticos.

LA REGENERACIÓN URBANA EN LA RESTRUCTURACIÓN DE DESTINOS TURÍSTICOS MADUROS: PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA Y GESTIÓN DEL CONFLICTO. EL CASO DE CALPE.

José Francisco Perles Ribes

Agencia de Desarrollo Local del Ayuntamiento de Calpe
Departamento de Análisis Económico Aplicado de la Universidad de Alicante
Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas

GANDIA Y SUS PRÁCTICAS DE RENOVACIÓN TURÍSTICA

Emilio M. Obiol Menero y Adrián Ferrandis Martínez

Universitat de València e Instituto Interuniversitario de Desarrollo Local

DESTINOS TURÍSTICOS CONSOLIDADOS ANTE EL CAMBIO DEL MODELO TURÍSTICO: COSTA DEL SOL OCCIDENTAL.

José Antonio Marín Moyano

Técnico en Turismo, Junta de Andalucía

Enrique Navarro Jurado

Dpto. de Geografía, Facultad de Turismo de la Universidad de Málaga

RENOVACIÓN DE DESTINOS LITORALES MADUROS A PARTIR DEL PATRIMONIO CULTURAL: PLAN COSTA BLANCA CULTURA.

Rosario Navalón García y Elisa Rico Cánovas

Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas
Universidad de Alicante

TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS, ORDENAMENTO TERRITORIAL E TURÍSTICO EM ESCALA MUNICIPAL: UM NOVO OLHAR PARA GUARATUBA NO LITORAL DO PARANÁ

Autores:

**Ribeiro¹, Renata Maria
Teles², Margarete Araujo
Tarlombani Da Silveira³, Marcos Aurelio**

Este artigo constitui-se da análise do planejamento e do ordenamento territorial do turismo e das políticas públicas adotadas no Brasil com o foco no litoral do Paraná, observando o processo de regionalização do turismo e concentrando o estudo em Guaratuba devido à consolidação do turismo naquela cidade. Toma-se como categoria geográfica a noção de território como espelho da ação das forças sociais em movimento, e um referencial para a organização de políticas públicas eficientes em um cenário prospectivo a partir da inserção do sistema de informação geográfica no estudo, no planejamento e no ordenamento territorial do turismo. Como forma de iniciar nova visão do turismo a partir do que já foi construído. Aliada a essa conceituação o leitor poderá observar uma compilação de estudos e pesquisas em que o autor aproxima o planejamento do turismo, entrelaçando-o à legislação pertinente e aos recortes da atual política de turismo em busca de alternativas para um modelo de planejamento do turismo no Brasil em um cenário prospectivo e eficaz. Quanto à metodologia do trabalho, a abordagem buscou o aporte teórico-metodológico em autores que pesquisam o Turismo e a Geografia, posteriormente extraíram-se informações de documentos da política de turismo nacional, estadual e municipal na composição do conhecimento em torno do planejamento do mesmo na cidade de Guaratuba, dos avanços e necessidades diante da utilização de modelos de planejamento do turismo considerados tradicionais e que não aplicam às ferramentas do geoprocessamento como forma de ordenar o território para a comunidade local e para o turismo em virtude da dinâmica do setor e da necessidade de modernização de técnicas e novos procedimentos no auxílio ao desenvolvimento dessa atividade no contexto nacional. Nessa perspectiva, o trabalho apresenta o Sistema de Informação Geográfica como uma ferramenta para o planejamento do turismo sob um olhar focado no século XXI.

Palavras-chave: Políticas públicas, turismo, planejamento.

¹Doutora em Geografia-UFPR, Mestre em Geografia, Bacharel em Turismo, Professora Assistente do Curso de Turismo da UNESP, renata@rosana.unesp.br. Auxílio-pesquisa FUNDUNESP e PROPe.

²Doutora em Geografia-UFPR, Mestre em Geografia Humana, Bacharel em Turismo, Geógrafa, Professora Assistente III do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, marga_teles@hotmail.com

³Doutor em Geografia Humana, Mestre e Geógrafo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná, marcos.ufpr@yahoo.com.br

This article consists of the analysis of planning and territorial planning of tourism and the public politics adopted in Brazil focusing Paraná's coast, observing the process of tourism regionalization and focusing the study in Guaratuba due to the consolidation of tourism in that city. Adopted as geographic category the notion of territory as a mirror of strength actions in movement, and a referential to the organization of efficient public politics in a prospective scenario by the insertion of the geographic system of information in the study, in the planning and tourism territorial planning. As a way to initiate a new vision of the tourism from what has already been written. Allied to this new conceptualization the reader will observe a compilation of studies and researches in which the author approach the planning from the tourism, interlacing it to the pertinent legislation and the actual tourism politics in a search of alternatives for a model of tourism planning in Brazil in a prospective and effective scenario. Regarding to the work methodology, the approach was based on the theoretical and methodological contribution by authors that have searched Tourism and Geography, at a later time it was researched information from politics documents of the national, state and municipal in the composition of knowledge about planning in the city of Guaratuba, advances and necessities towards utilization of tourism model plannings considered as traditional and that are not applied to the geoprocessing as a way to categorize the territory for the local community and for the tourism due to the dynamic of the sector and necessity of technical modernization and new procedures in the furtherance of development of this activity in the national context. In this perspective, the work presents the Geographic Information System as a tool to the tourism planning under a view focused in the 21st century.

Key-words: Public politics, tourism, planning.

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística se apropria do espaço geográfico e se inter-relaciona com a dinâmica dos lugares onde se estabelece. Essa apropriação do espaço geográfico pelo turismo provoca importantes alterações nos espaços vividos em sociedade, na medida em que são engendradas transformações das mais variadas formas, seja no espaço urbano, rural ou natural.

Em decorrência desse processo de turistificação dos lugares, surge a necessidade do ordenamento territorial do turismo, que deve ser levado a efeito a partir da execução de políticas de planejamento tanto de caráter econômico, como social e ambiental.

Todavia, constata-se que as políticas tradicionais de ordenamento e de desenvolvimento do turismo têm sido pautadas em objetivos puramente econômicos, e em geral limitadas ao turismo

do tipo massificado. Pode-se então observar que a expansão do turismo, assim como dos demais setores ligados a esta atividade, impactam diretamente os territórios provocando uma nova organização espacial, onde impera uma lógica economicista e mercadológica, em detrimento dos aspectos sociais e ambientais.

Já se sabe que o turismo, bem como os demais setores da economia, transforma o território desenhando novas formas de ocupação e uso do solo. Neste contexto, o incentivo ao crescimento do turismo de modo espontâneo e não planejado, certamente vai gerar efeitos não desejados para o meio ambiente e para as populações das localidades, que por seu potencial natural e cultura, venham a se constituir verdadeiros objetos do desejo do consumo turístico. Nas palavras de Tarlombani da Silveira:

atualmente muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêem no turismo um poderoso aliado na busca desse desenvolvimento. De fato, classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo” para muitas regiões. (2002: 87)

A referência ao “objeto de desejo” descrito pelo autor é no sentido de que, tanto em escala regional quanto local ou municipal, os agentes públicos em particular buscam a qualquer preço desenvolver o turismo, pensando com isso fazer crescer a economia, independente da potencialidade ou de estudos que apontem se realmente o lugar possui uma vocação estratégica para desenvolver a atividade turística, a qual muitas vezes pode estar atrelada ao território físico em si mesmo, mas outras à cultura e modo de vida do lugar.

Nesse sentido, os autores deste artigo defendem que se deve levar em conta o conhecimento técnico-científico como uma ferramenta fundamental nas ações de ordenamento territorial, cujo principal propósito é ordenar o uso e ocupação do espaço, de modo a promover simultaneamente a equidade social e a preservação/conservação dos recursos ambientais. Aqui deve ser ressaltada a própria definição de Ordenamento Territorial, a qual segundo a Carta Europea de Ordenación del Territorio é a:

La expresión espacial de la política económica, social, cultural y ecológica de toda sociedad. Es a la vez una disciplina científica, una técnica administrativa y una política concebida como un enfoque interdisciplinario y global, cuyo objetivo es un desarrollo equilibrado de las regiones y la organización física del espacio según una estrategia global (1983).

2 TERRITÓRIO

A pesquisa relacionada ao ordenamento territorial exige uma visão dinâmica numa relação entre o espaço físico e o meio que o transforma sendo o que define realmente o território é o conjunto de imposições legais decorrentes de processos evolutivos baseados na ocupação histórica de espaços geográficos por seus desbravadores, que, a partir de suas conquistas instituíram formas de poder para a manutenção e geração de riquezas tanto do meio natural, quanto das pessoas inseridas neste contexto; A essa dinâmica pode-se nominar o espaço de um país.

Num sentido mais restrito, o território é um nome *político* para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um estado sem território (SANTOS e SILVEIRA, 2002: 19).

Segundo Santos e Silveira (2002), o território está atrelado à questão política de conquista, onde as condições para a existência de uma nação prescindam da questão territorial. Naturalmente, o conceito de nação está entrelaçado às pessoas, sua organização social, religiosa e cultural, que não caminham obrigatoriamente vinculadas à questão política, mas que sofrem o reflexo de sua ingerência.

Conceituando território em relação à dinâmica espacial têm-se o desenvolvimento territorial que pode ser definido como

um processo de produção, distribuição, trocas e consumo, mas também um processo referido a condutas, hábitos e valores, individuais e coletivos - condicionado pelas relações de poder em que entram os indivíduos, os grupos e as classes sociais, que se encontram num dado espaço geográfico concreto (THEIS, 2008: 13).

Então, pode-se considerar que o espaço em si não possui atribuição legal, o espaço geográfico se transforma a partir da apropriação e do uso determinado pelas diversas atividades nele inseridas e, instituídas pelas diversas formas de poder.

Santos e Silveira (2002) ainda se referem ao território através do planejamento e da construção de formas de uso, que alteram o espaço, a partir da intervenção direta do homem sobre o meio físico modificando sua estrutura e integrando este meio à ocupação do território.

O território é revelador de diferenças. Às vezes agudas, de condições de vida da população. Analisamos esse aspecto da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos

equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, da motorização etc. O consumo educacional e dos recursos de saúde também são examinados, juntamente com a frequência em viagens, turismo e lazer (SANTOS e SILVEIRA, 2002: 225).

A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço de território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política (SANTOS e SILVEIRA, 2002: 247).

A interdependência está relacionada às funções do território e incluem as trocas entre as ações já realizadas, as atuais e as futuras executadas nos municípios por gestores públicos e privados que interferem e influenciam atitudes que incidem em impactos e induzem a novas economias diante dos desafios da globalização.

O território é um espaço em movimento, formando e deformando-se sob o fluxo de movimento de inter-relações entre os atores e o espaço. O território é uma configuração temporária de um arranjo espacial, sustentado e mantido pelas interações diferenciadas de poder dos atores sociais envolvidos (COSTA, M.C.L., ALMEIDA, M.G, 1998: 275).

Para Guattari (2000), o território envolve uma ordem de subjetividade individual e coletiva e pode ser visualizado a partir de prismas diferenciados isolados para determinadas análises, porém jamais separados de um contexto global a que se insere.

Admite-se também a visão de Haesbart (2007), em que o mesmo apresenta a fragmentação do estudo do território, ora sob uma perspectiva materialista, naturalista, econômica, jurídico-política, idealista e integradora, necessária em alguns momentos para delimitar estudos complexos.

Haesbaert (2007) faz uma nova provocação aos estudos do território em tempos de globalização em que haveria duas possibilidades:

ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com sua dinâmica própria, ou trabalhar com a idéia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada (HAESBAERT, 2007: 76).

Há que se considerar que os municípios são territórios estruturados por delimitações geográficas e legislações que servem para ordenar o desenvolvimento social no sentido de prover condições

organizacionais tanto de ordem pública como privada; mas são também, e, sobretudo uma dinâmica que parte sobremaneira da interferência que o homem exerce nesse espaço, seja por suas construções, sua cultura, ou ainda de acordo com as características físicas do local.

Os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros: homens e firmas, homens e instituições, firmas e instituições, homens e infra-estruturas, etc. Mas, como já observamos, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, e também pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, se pode dizer que eles formam um verdadeiro sistema (SANTOS, 1992:14).

Por considerar o espaço um sistema, Milton Santos (1992) aproxima a análise do “espaço da produção propriamente dita”, “o espaço da circulação e da distribuição”, “o espaço do consumo”, “a questão das escalas: nacional, regional, local”, e o “espaço indivisível”.

A definição de uma linha mestra do território e do espaço para o ordenamento territorial esclarece as mobilidades das atuações e são imprescindíveis ao conjunto de ações para a definição de estudos na possibilidade de orientar, planejadores e gestores, à compreensão da dinâmica territorial e à aplicação de técnicas e tecnologias para o desenvolvimento das cidades no século 21. Pode-se considerar: sem o ordenamento territorial, a condução do desenvolvimento do município poderá ser comprometida devido ao descontrole na ocupação de novas áreas e à falta de integração entre o meio natural e os atores sociais.

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas (SANTOS e SILVEIRA, 2002:248).

A dinâmica do desenvolvimento territorial a partir do método de planejamento deve prever além do crescimento econômico, o conjunto, onde, a expansão demográfica, a proteção ambiental, as estruturas sociais, o meio político e a preservação cultural, têm sua parcela de contribuição para o crescimento ordenado dos espaços urbanos.

E ainda, visa estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as políticas públicas setoriais, com vistas a realizar os objetivos estratégicos do governo (MORAES, 2005).

É desse modo que o ordenamento territorial tanto no meio urbano ou natural, tende a organização do espaço físico e a provisão dos elementos relativos às necessidades humanas, capazes de garantir um meio ambiente que proporcione uma qualidade de vida indispensável a seus habitantes atuais e futuros (MOTA, 1999).

Assim, a gestão de municípios e cidades⁴ deve por meio do ordenamento territorial prever a organização do espaço urbano e regional, a demográfica, o controle e a utilização das áreas de proteção ambiental, o crescimento econômico, social e cultural, em uma visão sistêmica, em que a técnica exerce um papel fundamental para o crescimento ordenado do território.

3 POLITICA DE TURISMO

As normas de ordenamento territorial e municipal são instituídas pela administração pública. A União estabelece leis federais que devem ser cumpridas por Estados e Municípios e incidem sobre o direito público e privado. Isto significa que tanto administradores dos setores produtivos (agricultura, indústria e serviços, com destaque ao turismo), e ainda, administradores da gestão pública (nas esferas federal, estadual e municipal), estão submetidos às formas de direito para o planejamento e gestão de seus empreendimentos ou municípios.

Sob esse enfoque, o planejamento está diretamente relacionado à responsabilidade, à ética e transparência dos gestores dessas administrações, considerando a existência de instrumentos jurídicos importantes e eficazes à gestão sócio-ambiental de territórios urbanos e/ou rurais que são aliados no controle ao desenvolvimento adequado às questões ambientais e sociais.

De acordo com Schenini (2006), há inúmeras leis, instrumentos e ferramentas úteis ao auxílio da gestão pública, são exemplos: Agenda 21 Local, Sistemas de Informação Geográfica – SIG, Sistema de Gestão Ambiental, Tributação como elemento restritivo à poluição, Auditoria Ambiental, Plano Diretor Ecológico, Planejamento Territorial Urbano e Estatuto da Cidade; todos contribuintes ao planejamento do turismo em municípios com esse potencial.

Esses instrumentos legais exemplificados por Schenini (2006) são de modo substancial, ferramentas limpas de uso em um sistema complexo que são as cidades, e que se forem vistos de modo isolado, não poderão cumprir com sua finalidade principal, que é a produção e a gestão sustentável dos territórios humanizados.

⁴ Entende-se por município a porção geral do território que engloba área rural e urbana, já a cidade é encarada nesse estudo como a sede administrativa do município; geralmente a base urbanizada do município.

Ao tratar do planejamento territorial urbano entende-se que sua eficácia e importância estão diretamente relacionada à inserção desses como um programa de longo prazo para o município na fixação de princípios da organização espacial; que por meio de planos diretores seguidos de planos setoriais. Então, se considerados o planejamento territorial em uma cidade litorânea, também haverá a necessidade de prever um sistema de gestão ambiental, um plano diretor ecológico, um planejamento territorial urbano, e o planejamento do turismo, em um conjunto de ações visando o equilíbrio entre a proteção e o uso de acordo com a atividade predominante no município e região.

A Constituição Federal de 1988 estabelece no Artigo 182:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 2005:99).

Outras características devem ser levadas em conta para a obrigatoriedade da implantação do Plano Diretor, a exemplo do Estatuto da Cidade, Capítulo III – Artigo 41: “O Plano Diretor é obrigatório para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; **integrantes de áreas de especial interesse turístico (grifo nosso)**; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (BRASIL, 2002b).

Em sua essência esse documento estabelece o zoneamento e disciplina a ocupação e uso do solo para todas as atividades que possam compor a dinâmica da construção municipal; deve ser um documento base para o planejamento do turismo, uma vez que a Política de Turismo no Brasil orienta aos municípios a confecção de inventários, diagnósticos e prognósticos baseados na realidade municipal e regional em uma ação contínua cujo objetivo é conhecer a realidade do turismo no Brasil. Desse modo, de 1999 a 2003 o Governo Federal propôs em sua política, o plano de municipalização do turismo, que tinha o propósito de capacitar gestores e comunidades ao conhecimento de seus atrativos e potencialidades para posteriormente criar novos produtos turísticos. Foi um momento de descoberta de possibilidades e diversidades culturais e naturais que se transformaram em atrativos turísticos para captação de demandas de consumidores que buscavam novas opções de lazer. Partindo do princípio da existência de novos produtos turísticos o Ministério do Turismo – MTUR buscou o fortalecimento da atividade com a Política de Regionalização do Turismo com o intuito de “desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais, bem como estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional. (MTUR, 2003) ”

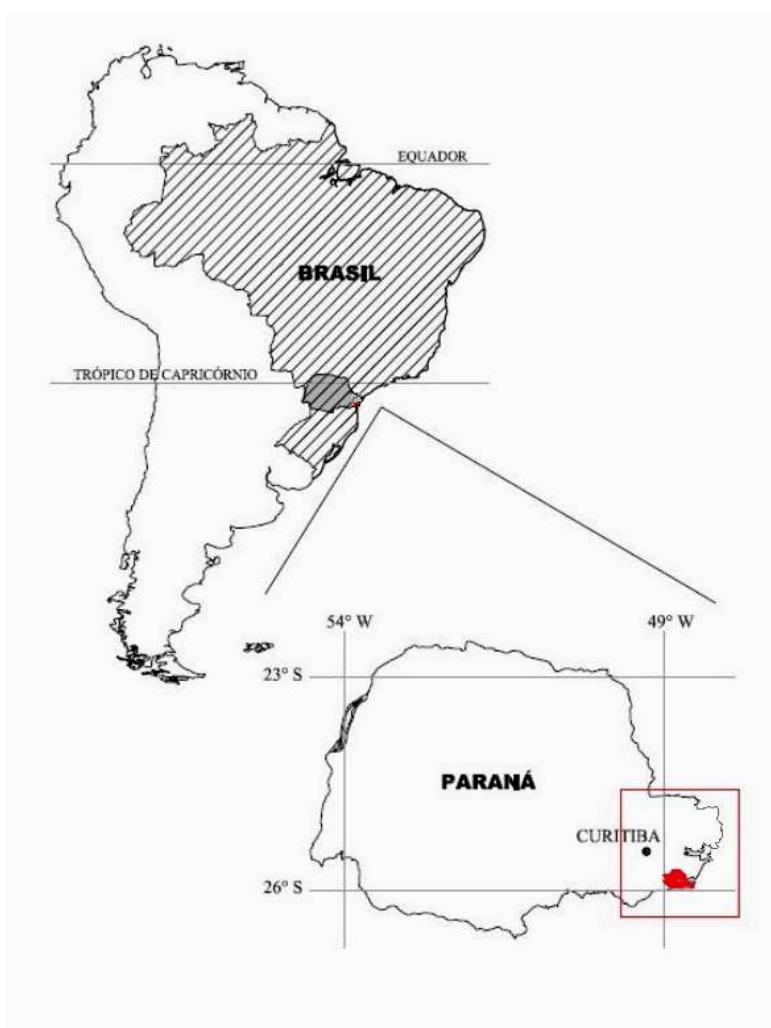
O MTUR também desenvolveu um sistema de informações turísticas para monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade. No entanto, esse sistema ainda não foi adotado junto às esferas municipais, o que impede uma avaliação precisa das ações realizadas ou a serem executadas em prol da atividade turística municipal. Observa-se ainda nas citadas políticas de turismo, pouco destaque à junção entre políticas territoriais e turísticas, o que prejudica inclusive o estudo da espacialização dos atrativos ou infra-estruturas que dão suporte a atividade.

Em 2006 foi criado o INVTUR – Inventário da Oferta Turística como uma ferramenta de banco de dados onde as informações obtidas nas pesquisas de campo deveriam ser inseridas. A estrutura do INVTUR no modo digital acompanha os elementos de fichas relativas aos atrativos naturais, culturais, infra-estrutura básica e turística, no entanto, a ferramenta ainda carece de aperfeiçoamento para que sua utilização seja eficaz, uma vez que os dados são estáticos e não possibilitam interpretações cruzadas, nem mesmo a visualização dos elementos inventariados no território em questão, ou seja, não há interface à espacialização dos bens inventariados.

4 – OBSERVAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO TURISTICO EM GUARATUBA – PR

Em sua área territorial, Guaratuba possui 1.328,480 de Km², e dista 117 Km da capital paranaense – Curitiba. Possui uma altitude de 6 metros, sua Latitude é de 25°52'58''S, e Longitude de 48°34'29''W. (BRASIL, IBGE, 2008). Está situada em uma planície peninsular, arenosa, com uma frente na baía a Noroeste, e outra frente no oceano Atlântico a Sudeste.

FIGURA 1 – Localização de Guaratuba no Brasil e no Paraná



FONTE: TARLOMBANI(2010).

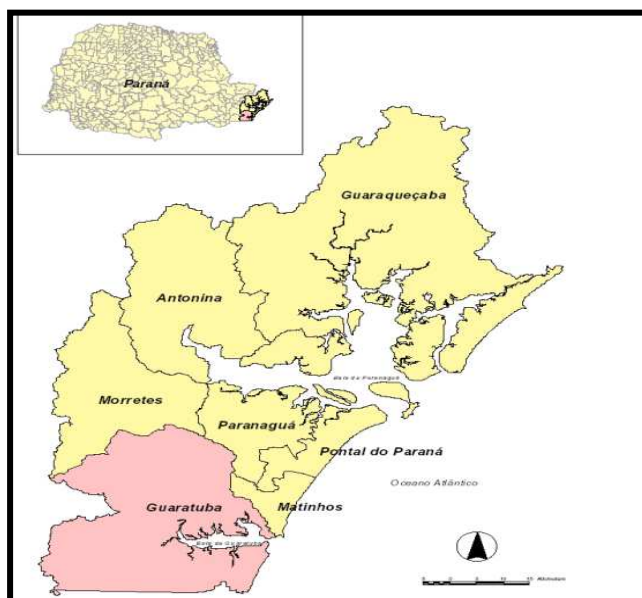
Possui os seguintes limites territoriais: ao Norte: os municípios de Matinhos e Paranaguá, a Leste: Matinhos e Oceano Atlântico, ao Sul: Itapoá (Estado de Santa Catarina) e Morretes, a Leste: Oceano Atlântico, a Oeste: Município de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

FIGURA 2: MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANA



FONTE: GUARATUBA (2004a)

FIGURA 3 – MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANA



FONTE: GUIA GEO (2011)

O clima da cidade é tropical super-úmido, sem estação seca definida; Nos meses mais quentes possui médias superiores a 30°; em meses mais frios, média superior a 15°.

No setor da economia primária destaca-se a agricultura, no setor secundário a indústria pesqueira, de palmito e beneficiamento de arroz. O setor terciário é representado pelo comércio e turismo principalmente no verão.

O turismo de sol e praia é a principal atividade no município e se desenvolve inclusive com amparo legal, desde 1977, quando por Lei Federal passa a ser denominado como área de Especial Interesse Turístico (Lei Federal Nº 6513 de 20/12/1977) (BRASIL,1977). O Ministério do Turismo também decretou o município como Turístico pela Deliberação Normativa n.432, de 28/11/2002.

Dos sete municípios do litoral paranaense, Guaratuba foi o primeiro a consolidar-se a partir do turismo desde a década de 1970.

A história de Guaratuba inicia-se em 1771 quando foi erigido o Pelourinho em praça pública como símbolo de justiça e demarcação do território como sendo Vila de São Luis de Guaratuba da Marinha.

Prédios históricos, Igreja Matriz N. Senhora do Bom Sucesso (1768), Casarão do Porto (1827), fontes de água que abasteciam a população desde a implantação da vila, entre outros atrativos culturais e naturais são hoje, muito mais do que atrativos turísticos, são a memória viva da história do município.

Cabe ressaltar que o litoral do Paraná possui extensas áreas de proteção ambiental, destacando-se a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, que abrange parte dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes, numa extensão aproximada de 199.596,5131 hectares. Também o Parque Nacional de Saint-Hilaire Lange, que abrange Guaratuba, Morretes e Paranaguá, em uma área de 24.500 hectares e ainda, o Parque Estadual do Boguaçu (6.052ha).

Essas três áreas de proteção ambiental com vegetação característica de Mata Atlântica somam uma riqueza biológica de relevância para o turismo, uma vez que a consolidação da atividade se dá pela diversidade de atrativos naturais e culturais, a partir de modalidades de turismo como *birdwasching*, turismo ecológico, técnico científico entre outros, que possam ser planejados para uso racional, observadas as condições do planejamento sustentável. Essa diversidade entre praias, mangues e matas poderiam ser um diferencial ao turista nacional e estrangeiro, no

entanto, por não estarem devidamente inventariadas, hoje não passam de recursos naturais recortados indevidamente por ocupações imobiliárias.

A Figura 4 delimita a área urbana, concentrada junto à orla, num grau de distribuição dos equipamentos urbanos intenso. Na Figura 5 pode-se observar a expansão territorial sobrepondo-se às áreas do Parque Estadual do Bogaçu.

FIGURA 4 – ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



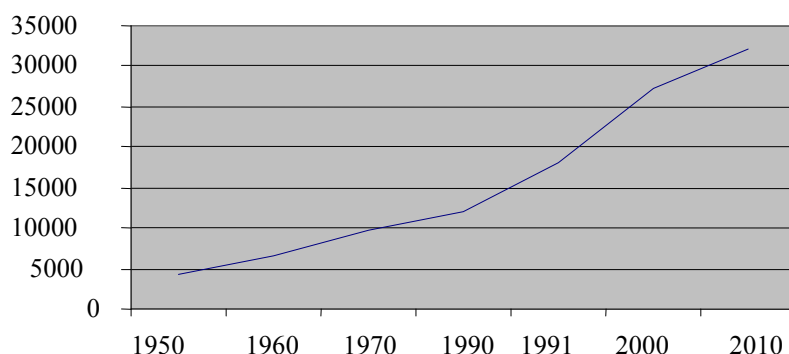
FONTE: IBAMA, IAP e SEMA (2011)

Esses fatos resumidamente apontados mostram a trajetória histórica de demarcação do território de Guaratuba, subdividido em extensas áreas de preservação ambiental, praias e área urbana; devidamente delimitados legalmente para a instituição dos poderes legais que determinam a possibilidade de gestão e uso desse território, suas relações com a população e sua soberania enquanto município em constante transformação e crescimento.

O geoprocessamento dessas imagens apontam um diagnóstico preocupante devido à especulação imobiliária, em detrimento ao meio ambiente natural.

Em 1950 Guaratuba contava com uma população de 4.439 pessoas, atualmente são 32.088 habitantes, segundo o Censo de 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

GRAFICO 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE GUARATUBA

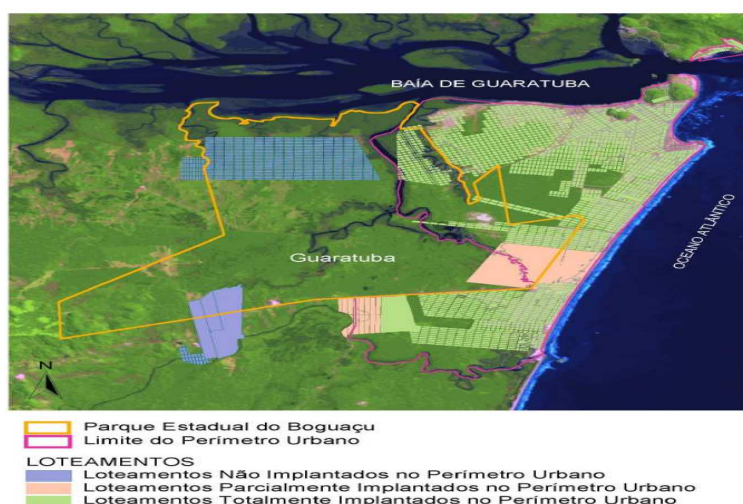


FONTE: Adap.BRASIL, IBGE (2010)

Por se tratar de uma região com várias áreas de proteção, é pertinente observar que o município possui uma estreita faixa de ocupação urbana. Nessa perspectiva, percebe-se o crescimento populacional com relativa preocupação, uma vez que a pressão imobiliária sobre as áreas protegidas é uma constante tanto para habitações permanentes quanto temporárias.

Em 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizou o Recenseamento Populacional do Brasil, e na curva de crescimento pode-se notar uma elevação populacional mais acelerada desde 1991. Esse crescimento incide diretamente nas ações relacionadas ao planejamento urbano e à ocupação de áreas preservadas, uma vez que a ocupação territorial torna-se eminente.

FIGURA 5 – LOTEAMENTOS DO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU.



FONTE: GUARATUBA - Plano Diretor (2002).

A expansão urbana foi observada em 2002, quando Guaratuba realizou o Plano Diretor. Esse crescimento de população residente demandou a necessidade de infra-estrutura básica. O turismo de sol e praia despertou o interesse por habitações de segunda residência.

O geoprocessamento de imagens (Figura 4 e 5) permite a observação quanto ao comportamento da ocupação territorial tanto na orla, quanto em áreas de proteção ambiental, principalmente devido ao interesse pelo turismo. Nesse sentido, essa ferramenta deve compor o tema das decisões políticas relativas ao crescimento da cidade e da ocupação desordenada também por parte dos turistas, bem como das decisões sobre o planejamento do turismo.

Dados relevantes sobre Guaratuba quanto a domicílios recenseados pelo IBGE (2010) corroboram a pressão imobiliária a que passa o município quando se observa o indicador do Instituto em referência a segunda residência.

TABELA 1– DOMICÍLIOS EM GUARATUBA

DOMICÍLIOS	NÚMEROS
Particulares ocupados	10.061
Particulares não ocupados de uso ocasional	12.178
Particulares não ocupados vagos	1.734
Particulares não ocupados	13.912
Domicílios coletivos	74
Total de domicílios Recenseados	24.047

FONTE: IBGE (2010)

Comprova-se com esses dados a afirmativa de IVARS(2002)

Por tanto, los flujos turísticos implican la existência de una serie de efectos territoriales de diversa naturaleza tanto en las áreas geográficas de tránsito como en las de destino. En estas últimas, pueden alterar de manera notable la estructura territorial previa al proceso e desarrollo turístico y conferir al orden espacial resultante unas características peculiares.

Esses dados se agravam na medida em que se faz uma relação entre os índices de ocupação nos hotéis (formalmente instituídos e que geram empregos e impostos) em queda de 12,9% em 2005 para 11,7% em 2006; sendo que o índice casa própria passou de 35,1% para 41,5% em apenas um ano, comprovando a ocupação no território para a construção de residências a serem ocupadas principalmente no verão.

TABELA 2: TIPO DE HOSPEDAGEM EM GUARATUBA

VARIÁVEIS	ANOS (%)					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Tipo de Transporte						
Automóvel	79,8	69,7	91,7	60,9	78,5	74,1
Ônibus	18,5	28,0	7,4	36,4	15,8	22,4
Outros	1,7	2,3	0,9	2,7	5,7	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de Hospedagem						
Hotel	5,6	6,2	11,5	12,2	12,9	11,7
Casa/Apto. Aluguel	22,9	20,9	23,8	19,8	20,6	16,5
Casa Própria	41,0	29,3	33,0	36,4	35,1	41,5
Casa Parentes/Amigos	22,9	37,1	22,0	23,3	26,4	24,7
Outros	7,6	6,5	9,7	8,3	5,0	5,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

-- coleta de dados não efetuada

FONTE: SETU, 2008.

Outros indicadores são considerados para observar o crescimento do turismo em Guaratuba, em que o artesanato, restaurantes, informações turísticas, apresentam números positivos. No entanto, ao observar o item Serviço de Hospedagem, tem-se: um índice em 2005 de 89%, mas que decaiu mais de 10 pontos percentuais em 2006, despertando certo descontentamento num setor essencial ao turismo. No item informação turística o índice de 2006 apresenta alteração positiva, mas, se comparados aos outros anos percebe-se uma decadência. O item restaurante, também há um resultado menos satisfatório do que em anos anteriores.

TABELA 3: GRAU DE SATISFAÇÃO DE SERVIÇOS EM GUARATUBA.

ITENS AVALIADOS	ÍNDICE BOM (%)					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Artesanato	--	--	72,0	66,7	79,3	81,5
Comércio Urbano	84,9	84,7	70,2	63,5	80,2	82,9
Comércio na Rodovia	--	--	59,1	56,4	65,8	71,7
Entretenimento/Lazer	--	--	67,9	63,4	69,7	72,9
Informação Turística	78,1	80,4	45,8	42,2	65,3	71,0
Infra-Estrutura de Acesso	--	--	71,0	46,3	59,0	80,7
Limpeza Pública	58,2	63,5	61,4	63,5	62,3	68,1
Restaurantes	85,3	80,4	79,9	69,9	77,5	82,2
Saneamento Básico	--	--	45,7	47,6	56,5	54,1
Segurança Pública	75,9	76,0	65,9	66,9	77,5	79,6
Serviço de Hospedagem	87,0	82,7	70,8	74,1	89,5	78,9
Serviço de Saúde	92,0	68,2	64,6	65,4	61,4	70,0
Serviço Telefônico	84,2	82,7	83,6	66,9	66,1	72,1
Sinalização Turística	70,4	67,0	53,2	40,3	64,2	73,0
Transporte Coletivo	--	--	54,3	40,7	54,6	66,4
Vida Noturna	--	85,5	67,8	67,5	74,4	72,8

Nota: Avaliação do Conceito de Qualidade do índice bom
-- coleta de dados não efetuada

FONTE: SETU, 2008.

As pesquisas mostram melhorias nos setores de infra-estrutura básica; quesito importante ao desenvolvimento do turismo. No entanto, para um destino consolidado, os dados demonstram a necessidade de retomar o planejamento na indução ao rejuvenescimento de Guaratuba como um destino de sol e praia do litoral paranaense. É prudente observar não só o aumento de turistas, mas a qualidade dos serviços e de atrativos ofertados à população local e turistas.

Dados da Secretaria de Turismo do Município de Guaratuba constataram 1,2 milhão de turistas em 2007. Sendo que esses números se mantêm estáveis, uma vez que em 2010 a demanda deve superar 400 mil veranistas até o Natal e mais de um milhão até o dia 10 de janeiro. (Paraná On Line, 2010)

Mesmo observado o crescimento em número de turistas de nível regional, os dados da SETU (2008) demonstram que entre 2000 e 2006, os turistas estrangeiros que visitaram Guaratuba mantêm-se estável em 2% do total de turistas, índice considerado baixo segundo gestores municipais, diante dos recursos naturais e culturais que o município possui. E, se forem considerados os modelos de turismo sob o foco da geografia, exemplificando o Modelo de Ciclo Vida (BUTLER, 1980), a linha evolucionária de captação de novos turistas (estrangeiros) está estagnada e a linha evolucionária de turistas regionais e de segunda residência está em crescimento descontrolado, uma vez que a ocupação do espaço geográfico se faz presente de modo especulativo naquele município.

Esta perspectiva de análisis confiere una indudable importancia a las funciones económicas de los destinos y su mayor o menor grado de centralidad en su entorno territorial, un enfoque insuficientemente desarrollado en la investigación turística tradicional, que ha atendido más a la integración de mercado, desde el punto de vista de la captación de demanda, que a la integración territorial de los destinos, una dimensión claramente conectada con la interrelación de aspectos ambientales, económicos y socioculturales y, por tanto, con el concepto de desarrollo turístico sostenible. (VERA, BAÑOS, 2010)

A aplicação do Modelo de Butler (1980) permite um diagnóstico mais preciso da realidade daquela cidade, uma vez que informações importantes sobre o desenvolvimento do turismo puderam ser compiladas para o estudo. As conclusões possibilitadas pela aplicação do modelo sugerem que o destino não está em declínio, mas que são necessários outros estudos e

indicadores adicionales al Modelo de Butler (1980). Los indicadores propuestos permiten realizar una análisis más completa de la actividad turística en el destino, ayudando a orientar la definición de las estrategias para la renovación del destino. (GANDARA, SOARES, 2010)

A técnica do planejamento juntamente com dados estatísticos e mapas nos permite uma possibilidade de reflexão quanto aos desafios e as ações municipais prementes a uma organização espacial do território municipal, uma vez que se percebe por meio de tais metodologias e ferramentas de visualização espacial a pressão e a expansão do turismo junto ao território.

5 – O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E O TURISMO EM GUARATUBA.

São grandes desafios dos governos ao tratar do planejamento e do gerenciamento de cidades.

O contexto de informações cada vez mais dinâmicas demanda decisões rápidas de planejamento para o turismo, e um cenário de ações em que a coleta, produção, ordenação, armazenamento e distribuição de dados necessitam de um meio facilitado para visualização, vêm se constituindo uma ferramenta de planejamento municipal.

Essa rapidez da informação deveria ainda, facilitar uma maior eficácia da aplicação do recurso financeiro público e a consolidação de políticas municipais e setoriais, sendo que a compilação de dados fidedignos supõe uma possibilidade de gestão nos moldes da transparência, permitindo a participação da sociedade nos processos decisórios.

A transparência é também um passo para a gestão co-responsável entre poder público, sociedade organizada e população como um todo.

A ferramenta do geoprocessamento aplicado para o planejamento territorial do turismo pode servir para a inserção de informações relativas à atividade na fase diagnóstica, e acompanhamento/controle na verificação do desenvolvimento do turismo numa prática constante e integral de observação da dinâmica territorial facilitando a tomada de decisão futura.

Hall e Page (1999) apontam a existência de duas linhas de trabalho: “ la perspectiva de análisis espacial em su dimensión aplicada, y los enfoques más reflexivos y críticos, que amplían y actualizan el todavía débil corpo teórico de la geografía del turismo. Ambas líneas de trabajo revisten un interés indudable para la planificación del turismo. La perspectiva aplicada aporta, además de información territorial básica em distintas fases del proceso de planificación, técnicas e instrumentos para la planificación y gestión del espacio turístico, entre los que destaca la utilización de los Sistemas de Información Geográfica. (IVARS, 2000, p.19)”

Atualmente, a ocupação e uso do solo por diversas atividades produtivas e sociais acontecem em um processo acelerado. Os padrões de planejamento e gestão realizados aos moldes anteriores à era digital não permitem uma dinâmica na tomada de decisões necessária às gestões públicas e empresariais.

Nesse contexto pode-se apontar para uma alternativa já utilizada em vários processos de ordenamento do território, mas que ainda não é uma rotina difundida no planejamento e na gestão do turismo. Eis que o conceito de geoprocessamento poderá servir como ferramenta para um novo olhar em relação ao planejamento dessa atividade consolidada em Guaratuba.

O geoprocessamento pode ser entendido como sendo a

utilização de técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação sobre objetos ou fenômenos geograficamente identificados. O geoprocessamento tem sido empregado numa gama muito grande de aplicações em diversas áreas da Ciência, dentre elas podemos citar: a Cartografia, a Geografia, a Agricultura e Floresta, a Geologia etc. Além disso, tem contribuído para estudos de planejamento urbano e rural, meios de transportes, comunicações, energia. As ferramentas utilizadas para realizar o Geoprocessamento compõem um conjunto denominado de Sistema de Informação Geográfica (SIG), às vezes chamado de GIS, do inglês Geographic Information System. (MOREIRA, 2001: 204).

A abrangência e amplitude da informação disposta a partir do geoprocessamento permitem o foco em áreas problema, em geração de informação seletiva de nível operacional e técnico a diversos setores da organização e, em orientação a setores de produção e serviços.

No geoprocessamento faz-se o inventário criando um modelo digital ambiente que compreende os dados cartográficos (Banco de Dados Geográfico - BDG – ou, mais especificamente, base de dados geocodificados), associados ou não a conjunto de dados alfanuméricos (Banco de Dados Convencional - BDC) (SILVA E ZAIDAN, 2010: 169)

Enfim, o suporte de dados georreferenciados⁵ permite traçar ações ao planejamento urbano, regional e setorial (nesse caso, o turismo).

A utilização da ferramenta do geoprocessamento permite a visualização e manipulação de dados em grande quantidade facilitando a elaboração de projetos e estratégias desde sua concepção, execução, manutenção e ainda de novas proposições decisórias próprias das mudanças espaciais e sociais que acontecem nas cidades.

⁵ Georreferenciar uma imagem ou um mapa é tornar suas coordenadas conhecidas num dado sistema de referência.

O geoprocessamento torna-se imprescindível ao estudo em regiões litorâneas devido à fragilidade do ambiente relacionada, no caso de Guaratuba que abriga remanescentes da Mata Atlântica, região de mangues e praias. Sendo que a adoção dessa metodologia propicia a formulação de planejamentos territoriais baseados no conhecimento da realidade e não apenas nos preceitos e interesses de planejadores de visão unilateral. (SILVA E ZAIDAN, 2010)

O Sistema de Informações Geográficas – SIG – deve ser utilizado como ferramenta integradora de dados ambientais, pois é um recurso em que é facilitada a identificação de correlações das informações espaciais e suas associações com banco de dados convencionais (alfanuméricos), além de otimizar consulta, modelagens e simulações. (CANEPARO et al, 1998:243)

O SIG é dinâmico e a inserção de dados nesse sistema permite a visualização rápida e versátil tanto de dados já compilados quanto de dados a serem inseridos sob o foco das atualizações necessárias à veracidade de informações que possam gerar um planejamento eficaz.

Nessa mesma linha de pensamento, a informação turística pode ser entendida como informações de lugares específicos da superfície terrestre, ou seja, que tem localização. Mais além desta definição a informação turística deve ser georreferenciada, ou seja, como informação geográfica vinculada a algum sistema de posicionamento terrestre. (ROSSATO, 2004:42)

O ambiente de visualização do SIG, por meio de mapas confeccionados a partir das características territoriais do município, permite um processo transparente de explanação das ações e dos cenários possíveis a serem desenvolvidos por parte do poder público.

A diversidade de informações compiladas por meio dos mapas temáticos (Quadro 5), potencializam ações de planejamento para o turismo.

O Sistema de Informação Geográfica - SIG como ferramenta, permite a visualização do contexto a ser analisado e uma sobreposição de informações úteis ao planejamento do turismo.

Para Tarlombani da Silveira (2010), o SIG reúne as funções necessárias para a análise espacial do turismo,

as principais funções do SIG são: a digitalização de dados espaciais, a ligação de atributos às feições armazenadas, a manipulação e análise destes dados baseados nos atributos, visualização dos planos de informações gerados, montagem e consulta ao banco de dados baseado na posição geográfica das feições digitalizadas, álgebra com mapas, operadores de distância, operadores de contexto, dentre outros. (TARLOMBANI DA SILVEIRA, 2010: 273)

Além disso, contribui para a geração de informações a partir de um banco de dados georreferenciados que pode ser atualizado com mais facilidade inclusive na geração de mapas interpretativos ou temáticos de acordo com a necessidade de informação ou estratégia de planejamento do turismo.

A utilização do SIG no planejamento turístico se relaciona com três funções primordiais, a saber: integração dos dados, análise da informação, e dispersão/representação espacial da informação. Para cumprir com as três, a condição essencial é contar com uma base de dados georreferenciados, isto é, geograficamente localizados. (TARLOMBANI DA SILVEIRA *et al*, s/d, não publicado)

Se atualmente as pessoas buscam informações georreferenciadas por meio de GPS⁶ – (Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global), e de ferramentas do Google Earth, é imprescindível que os gestores públicos e privados modernizem suas formas de planejar, uma vez que principalmente em atrativos turísticos na área natural, o encontro de informações obtidas por meio digital será uma nova forma de comunicação para a informação turística.

Sendo o turismo um fenômeno social e econômico, o SIG pode contribuir inclusive para observação e atuação na gestão do turismo municipal, regional e nacional, em substituição dos modelos de planejamento já ultrapassados e ainda aplicados principalmente no inventário de dados relevantes ao desenvolvimento da atividade.

O SIG aplicado ao turismo minimiza a falta de exatidão da localização espacial de atrativos turísticos naturais ou culturais, de potencialidades turísticas, ou de infra-estruturas necessárias ao planejamento do turismo.

O SIG para o turismo pode ser aplicado na produção de mapas para a localização de recursos e atrativos turísticos, na identificação de locais adequados ao desenvolvimento da atividade, na medição de impactos do turismo em ambientes fragilizados, na análise de relações associadas ao uso de recursos, e na avaliação do impacto potencial gerado pela atividade.

⁶ O GPS é um sistema de rádio-navegação baseado em satélites. Permite a determinação de posicionamento tridimensional (latitude, longitude e altitude), velocidade e hora.

6 - RESULTADOS

O Brasil possui os instrumentos legais às políticas de organização do território, e que esses interferem diretamente o planejamento municipal e posteriormente do turismo, no que se refere à aplicação da Lei, e na inserção estratégica do Planejamento do Turismo reiterando que essa atividade depende da consolidação dos demais instrumentos para sua execução.

Para tanto, é imprescindível adotar junto ao Plano Diretor e a Legislação Ambiental, uma política de turismo eficaz, instrumentalizada por ferramentas que permitam uma visão ampliada das cidades turísticas consolidadas, para que as mesmas continuem atraindo turistas sem o prejuízo da ocupação desordenada dos territórios urbanos ou de preservação ambiental.

Pode-se observar em Guaratuba é que tais legislações são aplicadas parcialmente, e, que por equívocos estruturais e metodológicos de uma política turística nacional centralizadora, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município não possui uma inserção definitiva no planejamento territorial municipal. Afinal, não se produziu nenhuma forma de contenção de apropriação da área do Parque Estadual do Boguaçu (FIGURA 5) que pudesse conter ocupação em prol do planejamento do recurso natural ali delimitado pelo SIG.

Após a análise baseada nos estudos de demanda, na observação do crescimento de segundas residências, nos SIG das FIGURAS 4 e 5, e nos números crescentes de turistas que visitam o município em alta temporada, que os documentos referentes ao planejamento municipal encontram-se segmentadas e desconexas apesar de tratar de temas similares, o que tem gerado conflitos em relação às atitudes a tomar para o planejamento do turismo no que se refere a ocupação do território considerando o turismo.

E ainda, nenhum atrativo ou equipamento turístico está georreferenciado impedindo o geoprocessamento de imagens para um diagnóstico preciso da atividade.

Esse fato gera dificuldades em relação a falta de interação entre o crescimento das habitações de segunda residência e sua ocupação em áreas de preservação que poderiam se tornar turísticas, numa ação de planejamento integrado entre o território, as áreas protegidas e as possibilidades para o turismo.

A pesquisa documental reforçou a conclusão quanto a necessidade em busca de uma visão ampliada em torno do tema turismo, território, geoprocessamento e planejamento numa possibilidade de contribuir à organização do setor, observando o cuidado em unir esforços, documentos, secretarias municipais, com o foco no turismo.

Com o intuito de aliar a geografia ao turismo, buscou-se incluir a ferramenta do geoprocessamento a partir das figuras 4 e 5 para possibilitar a materialização da visão quanto a importância do ordenamento integrado do turismo em Guaratuba, uma vez que a atividade que ocupa espaços transforma-os, e sobrevive nessa simbiose que, espera-se, seja positiva.

Sob essa perspectiva o Sistema de Informação Geográfica permite a visualização, a organização e a disposição de dados relativos ao turismo para a espacialização e organização da atividade, uma vez que essa ferramenta é relevante à formalização do diagnóstico, e de uma nova dinâmica que permita o prognóstico capaz de ser realmente concretizado. O advento das geotecnologias, em especial, os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) abriu novos campos de atuação para a geografia, trouxe consideráveis avanços no desenvolvimento de pesquisas, possibilitou a interatividade com outras áreas de conhecimento, e se tornou essencial para a obtenção de resultados.

A materialização territorial possibilitada pela cartografia pode subsidiar o planejamento turístico, envolvendo reflexões centradas no símbolo do espaço. Por intermédio da cartografia é possível potencializar as atividades econômicas do turismo a partir da utilização de recursos multimídias, maximizadas pelas possibilidades da Internet. (LOMBARDO, 1997: 202)

Os mapas em SIG já confeccionados para o planejamento territorial das cidades poderiam e deveriam ser considerados como base de estudos tanto no auxílio a aplicação dos Modelos de Turismo (PEARCE, 2003), quanto para a defesa e proteção de ambientes naturais para uso ou não do turismo.

A projeção de análises dos atrativos já existentes poderão se somar aos recursos mapeados e planejados, numa visão de crescimento da oferta turística. “Esses mapas podem, individualmente, fornecer muitas informações úteis. E também poderiam contribuir para um quadro mais abrangente da estrutura espacial do turismo (PEARCE, 2003: 201)”.

A concretização desses recursos em produtos turísticos pode promover o aumento da oferta turística impactando na quantificação e qualificação do turista, dos empreendimentos e das formas de utilização do território pelo turismo, possibilitando a visualização de um zoneamento turístico atrelado às demais formas de ordenamento territorial dos municípios, como o Plano Diretor.

Cabe finalizar este estudo com a proposta de um novo pensar o sistema de planejamento do turismo utilizando a ferramenta SIG, apoiada em políticas de ordenamento territorial, em uma visão integradora entre o turismo e o território não só na consolidação de destinos, mas na

qualificação dos mesmos, uma vez que as teorias, ferramentas e políticas devem contribuir ao desenvolvimento do turismo.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1977): Lei Federal Nº 6513 de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. <Disponível em: www.mpes.gov.br> Acesso em: 10/03/2009.

BRASIL (2000): Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18/07/2000b. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em: 07/09/2010.

BRASIL (2002 a): Ministério do Esporte e Turismo. Deliberação Normativa n.432, de 28 de novembro de 2002a. Dispõe dos Municípios Turísticos do Brasil. Disponível em <<http://www.viajandodireito.com.br>>. Acesso em: 15/06/2009.

BRASIL (2002b.): Estatuto da Cidade: Guia para implantação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da Política Urbana. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coord. de Publicações.

BRASIL. MINISTERIO DO TURISMO – MTUR (2003): Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Brasília.

BRASIL (2005): Constituição da República Federativa do Brasil. ANGHER, J. A. (Coord.).11ª ed. São Paulo: Rideel.

BRASIL, IBAMA (2011): Ministério do Meio Ambiente. Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 20/01/2011.

BRASIL (2009): Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo. Marcos Conceituais. Brasília,s/d. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 10/05/2009.

BRASIL. IBGE (2008): Assessoria de Comunicação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10/08/2010.

CANEPARO, S. C., PASSOS, E., MORAES, M.E.S. (1998): Processamento de imagens e sistema de informações geográficas em plataformas de baixo custo aplicados em planejamento ambiental nas ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga. IN: RA'E GA – O espaço geográfico em análise. Curitiba: Editora da UFPR, 2: 233-246.

COSTA, M.C.L., ALMEIDA, M.G.(1998): Trabalho e Turismo: território e cultura em mutação na beira mar em Fortaleza. IN: CORIOLANO, L. N.(org.) Turismo com ética. Fortaleza: UECE, 1: 274-283.

ESPANHA. MINISTERIO DE CIENCIA E INNOVACIÓN (2008): Plan Nacional de I+D+I 2008-2011. Renovación de los destinos turísticos consolidados del litoral: nuevos instrumentos para la planificación y gestión. (RENOVESTUR).

GANDARA, J.M. (2005): La Calidad Y la competitividade de los destinos turísticos urbanos. Observatório do Turismo. UFPR. 1:1-17. Disponível em <www.obsturpr.ufpr.br/artigos>. Acesso em: 20/04/2011.

GUARATUBA. (2004a): Plano Diretor de Guaratuba, Proposta Código e Leis Ordinárias. Prefeitura Municipal de Guaratuba.

GUARATUBA. (2002): Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Diagnóstico . Prefeitura Municipal de Guaratuba/ Conselho do Litoral.

GUATARRI, F. ROLNIK. (2000): Micropolítica: cartografia do desejo. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda.

GUIA GEO (2011): Imagens do Litoral do Paraná. Disponível em:<http://www.guiageo-parana.com/litoral.htm> data de acesso: 16/10/2011.

HAESBAERT, R.C.(2007): O mito da desterritorialização: “o fim dos territórios” à multiterritorialização. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

IBAMA, IAP, SEMA.(2011): Área de proteção Ambiental de Guaratuba. Disponível em: <http://www.litoral.inf.br/guaratuba/parques/index.htm#ApaGuaratuba> Acesso: 16/10/2011.

IVARS, J.A.(2000): Planificación turística de los espacios regionales en Espana. Editorial Síntesis.

LOMBARDO, M.A. (1997): O uso de maquete como recurso didático em turismo. IN: RODRIGUES, A. B. Turismo Desenvolvimento Local. (org.) São Paulo, 1:201-207.

MOTA, S.(1999): Urbanização e Meio ambiente. São Paulo: Abes.

MORAES, A.C.R. (2005): Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In:n Para pensar uma Política nacional de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre a Política Nacional de ordenamento Territorial. Ministério Nacional de Integração. Brasília.

MOREIRA, M. A. (2001): INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (BRASIL). Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. São José dos Campos: INPE.

OMT. (2001): Apuntes de Metodologia de la investigación en turismo. 1ª ed. Madrid: Organización Mundial de Turismo.

PARANÁ. IPARDES (2008): Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná: estudo da região turística do Litoral. Curitiba: IPARDES,

PARANÁ, SETU (2008): Secretaria de Estado do Turismo. Estudo da Demanda Turística do Litoral – Pr 2000 - 2006. Curitiba.

PARANÁ ON LINE. GUARATUBA ESPERA 1 MILHAO DE TURISTAS NO FINAL DE ANO. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/500573/?noticia> Acesso; 16/10/2011.

PEARCE, D. G. (2003): Geografia do Turismo: fluxos e regiões o mercado e viagens. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph.

ROMÀ PUJADAS e JAUME FONT. (1998): Ordenación y Planificación Territorial. (Colección Espacios y Sociedades, Serie Mayor n.º8), Editorial Síntesis, Madrid.

ROSSATO, A. (2004): Uso do SIG como suporte ao planejamento turístico do município de Pinhal Grande – RS. 150 f. Dissertação (Mestrado e Geomática) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,RS.

SANTOS. M., SILVEIRA, M. L.(2002): O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record.

- SANTOS, M. (1992): Espaço e Método. 3ª Ed. São Paulo: Nobel.
- SCHENINI, P.C., NASCIMENTO, D.T., CAMPOS, E.T. (Org.) (2006): Planejamento, gestão e legislação territorial urbana: uma abordagem sustentável. Florianópolis: FEPESE, Papa-livro.
- SILVA, J.X. ZAIDAN, R.T. (2010): Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOARES, J.C., GANDARA, J.M. (2010): La Evolución de los Destinos Turísticos Litorales Consolidados y Estrategias para su Renovación: Un Análisis de Florianópolis – SC (BRASIL). IN:13º Congreso Internacional De Turismo Universidad Y Empresa Renovación De Destinos Turísticos Consolidados Innovación En Los Modelos De Gestión Local De Los Destinos Turísticos. Castellón, Espanha. Disponível em: <http://blogs.ua.es/renovetur/produccion-cientifica-del-equipo-investigador/> Acesso: 02/05/2011
- TARLOMBANI DA SILVEIRA, M.A. (2010): Infraestrutura de Transportes, Turismo e Desenvolvimento Territorial. Um foco na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná. IN: FIRKOWSKI, O. (org.) Transformações territoriais: experiências e desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- TARLOMBANI DA SILVEIRA, M.A. CANEPARO, S. C. , PASSOS, E., MEDEIROS, M. J. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS: Uma metodologia na aplicação do Ordenamento Territorial do Turismo. s/d, Não publicado.
- THEIS, I. M. (2008): Desenvolvimento e Território: Questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- VERA, J. F BAÑOS, C J. (2010): Renovación Y Reestructuración de los Destinos Turísticos Consolidados del Litoral: Las Prácticas Recreativas en la Evolución del Espacio Turístico. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles.53: 329-353